

VOTO

Cuidam dos autos de Solicitação do Congresso Nacional (SCN), com pedido de medida cautelar, encaminhada pela Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, Deputada Bia Kicis, por meio do Ofício 174/2023/CFFC-P (peça 3), de 16/8/2023, que enviou o Requerimento 285/2023-CFFC, de autoria do Deputado Gustinho Ribeiro, que solicita “apuração de irregularidade no âmbito do INSS, entidades sindicais, associativas e instituições bancárias, com descontos indevidos nos proventos de aposentadoria de milhões de aposentados” (peça 4).

2. Nesta etapa processual, após analisar a resposta à oitiva do INSS (peça 12), a unidade instrutiva propõe indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo solicitante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção.

3. Adicionalmente, tendo em vista que, segundo o art. 15, II, e § 1º da Resolução-TCU 215/2008, o prazo para atendimento integral a presente SCN expira em meados de fevereiro/2024, solicita, com fundamento no § 2º do mesmo artigo, que o prazo para atendimento seja prorrogado por noventa dias.

4. Ao analisar o conteúdo da instrução, percebo que, de fato, ainda não há elementos suficientes para analisar a existência ou não dos requisitos necessários à expedição de medida cautelar.

5. Isto porque, apesar de terem sido levantados as entidades associativas, sindicais e instituições financeiras que são detentoras de repasses, os valores repassados nos últimos 24 meses, bem como os mecanismos de controle indicados pelo INSS que buscam garantir a idoneidade do consentimento dos aposentados aos repasses efetuados, há uma fiscalização em andamento, objeto do TC 037.762/2023-0 que poderá trazer elementos adicionais para que seja possível dar a resposta, mesmo em caráter preliminar, desta questão.

6. Compulsando aqueles autos, verifico que foi expedida a Portaria de Fiscalização - AudBenefícios nº 632, de 8 de novembro de 2023 (TC 037.762/2023-0, peça 5), autorizando a inspeção da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev e Instituto Nacional do Seguro Social, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, com objetivo de verificar se os descontos consignados na folha de pagamento relativos a empréstimo e contribuição sindical foram devidamente autorizados pelos titulares dos benefícios, bem como verificar se empréstimos condicionados a contribuições sindicais foram consignados na folha de pagamento e, em caso positivo, analisar a regularidade dessa situação.

7. Conforme aquele documento, a fiscalização tem previsão de ser concluída no início do mês de março/2024, momento até o qual julgo ser possível robustecer a análise do pedido cautelar a vista dos elementos que estão sendo coligidos.

8. Neste ponto, cabe apontar que se trata de uma questão complexa, de alta materialidade e que envolve valores constitucionais como a dignidade da pessoa humana, ou seja, a proteção a qualquer desconto indevido nos benefícios dos segurados do INSS, que, na maioria das vezes, estão no mínimo para subsistência. Qualquer desconto, por menor que seja em valores absolutos, podem representar a falta dos insumos básicos para a alimentação, moradia e saúde dos segurados.

9. Por outro lado, os descontos de mensalidades associativas alcançaram valores vultosos no período analisado, alcançando R\$ 1.363.410.290,11 em 2023 (até 17/11 daquele ano). Digno de nota que os valores descontados têm aumentado substancialmente nos últimos anos, tendo em vista que, em 2021 e 2022, os valores, ainda que relevantes, foram substancialmente menores, respectivamente R\$ 577.010.896,31 e R\$ 784.987.873,33.

10. Tais elementos, ainda que não sejam suficientes para a indicação da regularidade ou não das operações, demonstra que há materialidade e relevância suficiente para que esta Corte aprofunde a análise até aqui realizada.
11. Desta forma, nesta etapa processual, entendo ser suficiente a prorrogação do prazo para atendimento da SCN, com vista a atendê-la em sua integralidade, e orientar a unidade a reanalisar os fundamentos para a adoção da cautelar, utilizando os insumos que sejam coletados durante a fiscalização objeto do TC 037.762/2023-0.
12. Ante o exposto, voto conforme a proposta que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 2024.

AROLDO CEDRAZ
Relator